

Memorando nº 174 / 089 - 96

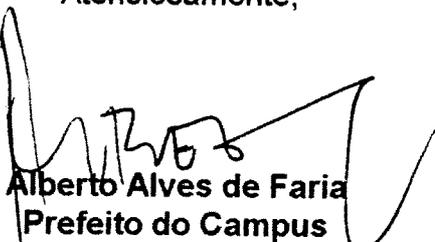
Em 19 de junho de 1996.

Ao Chefe do Centro Planejamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Chefe da Assessoria de Planejamento  
Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde  
Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados  
Diretor de Planejamento da PRC  
Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico  
Diretor do Instituto de Ciências Exatas  
Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Assunto: encaminha material para análise

Encaminhamos aos senhores cópia do relatório preliminar do Grupo responsável pelos trabalhos de Planejamento Físico do Campus. O assunto será debatido na próxima reunião da Comissão Permanente de Espaço Físico, do dia 04.07, às 08:15h, na Prefeitura.

Atenciosamente,



Alberto Alves de Faria  
Prefeito do Campus

Presidente da Comissão Permanente de Espaço Físico

# PLANO DIRETOR FÍSICO DO CAMPUS DA UnB / P D F C

## PLANO DE TRABALHO

### Í N D I C E

1. Apresentação / Histórico
2. Introdução ( sobre as angústias, o produto e o processo )
3. Sobre as angústias
  - 3.1 Sobre o conceito de universidade e, correspondente, de campus
  - 3.2 Sobre o conceito de campus / cidade
    - 3.2.1 A integração funcional ( ou não )  
A "inversão" do campus  
A ponte do Lago Norte
    - 3.2.2 A integração morfológica ( ou não )
4. Sobre o produto  
( itens a / b pags 2 / 3 documento Frederico )
5. Sobre o processo
  - 5.1 Filosofia / participação
  - 5.2 Metodologia / etapas e cronograma
6. Considerações finais

## 1. Apresentação / Histórico

As sociedades humanas demonstraram sempre, ao longo de sua evolução, um grande interesse em planejar a ocupação de seu território, cientes de que o espaço eficiente e adequado ao desenvolvimento de suas atividades e aspirações simbólicas, assim como ao seu conforto biológico e psíquico, à sua co-presença e à economia na sua produção e manutenção, etc. significava uma contribuição extremamente positiva a qualidade de suas vidas, e, decorrentemente, ao seu bem estar e felicidade.

No caso particular do território do campus da UnB, foram diversas as tentativas de equacionar as suas formas de ocupação, visando a mencionada eficiência e adequação de seu espaço aos objetivos acadêmicos pretendidos.

Assim, em 1960, o Plano Piloto elaborado para o campus da UnB por Lúcio Costa, previa um acesso principal através da L-4, constituindo a respectiva Praça Maior junto à mesma, Institutos e Faculdades nas áreas intermediárias e os Serviços Gerais junto à I-3.

Em 1962-64 o CEPLAN, com o arquiteto Oscar Niemeyer a sua frente, confirmam a proposta inicial, com a construção do prédio do Instituto Central de Ciências ( ICC) no extremo oeste da Praça Maior.

Propostas de 1969-70, elaboradas pelo mesmo CEPLAN, consolidam a proposta através do projeto de alocação do Centro de Vivência (incluindo o Restaurante) no extremo leste da Praça Maior.

Especulações e intervenções a partir do ano de 1971 dão início a um processo dicotômico, através do desenvolvimento de propostas de eixos de expansão ensino/pesquisa a partir da Praça Maior, e de eixos de vivência ( o restaurante foi aleatoriamente construído acima do ICC ) a partir dos espaços existentes entre o ICC e os prédios dos Serviços Gerais.

A construção da Faculdade de Tecnologia, da Faculdade de Ciências da Saúde e a Faculdade de Estudos Sociais aplicados, ocorrida a partir de planos elaborados a partir de 1974, desloca definitivamente o eixo de intervenções para a via intermediária transversal norte-sul, acima do ICC.

Em 1987-88 foi desenvolvida uma "Idéia de desenvolvimento físico-espacial do campus da UnB " , visando atualizar e concretizar uma série de tendências detectadas nos planos anteriores e na própria realidade urbana do Plano Piloto, tal como ele se estava apresentando.

Este documento, que pressupostamente formalizará na sua culminação um Plano Diretor Físico do Campus da UnB ( PDFC) pretende concretizar objetivos semelhantes - de atualizar e detalhar - para o ano de 1995.

## 2. Introdução

As sociedades humanas e respectivas comunidades detonam processos de planejamento - especificamente de seu território - a partir de intenções mais ou menos claras ou mais ou menos explícitas estruturadas em torno da melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse sentido, e dadas as características de situações nas quais elas se encontram, são imaginadas situações outras, pressupostamente melhores, nas quais problemas e angústias, vinculados à situação primeira, se encontrariam resolvidos ou superados.

São estes problemas e angústias, vinculados à certas questões ( por exemplo, qual a universidade do futuro, será transespacial ou ainda precisará de campus, seus prédios, desde

que necessários, serão semelhantes aos atuais, ou serão prédios pre-moldados, comprados em supermercados e escolhidos na tela de um computador, a chagada de ponte do Lago Norte deverá ser levada em consideração, ou é um assunto alheio ao campus, etc. ? ) que, de tempo em tempo, exigem uma revisão do que vinha sendo pensado / planejado / executado, no sentido de confirmar certas diretrizes de atuação e/ou redirecionar outras.

Essas diretrizes ( confirmadas e/ou redirecionadas ), quando materializadas, descrevem o cenário de uma situação desejada, pretendida, futura e pressupostamente possível. Esse cenário, e o conjunto de ações concretas ou estratégias de intervenção / transformação constituem o esqueleto do que classicamente é conceituado como um plano.

Portanto, o Plano Diretor Físico do Campus da UnB (PDFC), apresentado como *produto* do período de trabalho que ora está sendo equacionado e apresentado, estaria constituído basicamente pela descrição de um cenário futuro ( aqui ocorrerão os prédios com tais características para tais destinações, lá as vias que acessarão aquelas áreas de tal maneira ... ), e por todo um leque de medidas e ações institucionais, legais, financeiras, etc. cuja concretização garantiria, pressupostamente, a materialização do cenário pretendido.

O Plano Diretor Físico do Campus da UnB, assim como esquematizado, dará todas as condições a Administração Central da UnB, bem como a todos os seus Centros de Custo, de orientar e balizar seus processos decisórios e o estabelecimento de políticas de investimentos relativos aos recursos físicos que embasam a sua existência espacial : *edifícios* : construção, reforma, ampliação, alienação, etc.; *infraestrutura* : execução e manutenção de sistemas de instalações prediais e do conjunto do campus ; *paisagem* : execução e manutenção de jardins e espaços físicos relacionados ; *sistema viário* : execução e manutenção de vias internas, estacionamentos, etc.

A produção do cenário desejado e do conjunto de ações ( a produção do PDFC ) pressupõe um trabalho que, para não escapar das expectativas de transparência e eficiência, deveria estar organizado em etapas concatenadas no tempo, e a partir de uma determinada filosofia, quer dizer, num *processo* . Este processo de trabalho formalizará seus objetivos em vários horizontes de tempo, seus participantes, as instâncias decisórias associadas, as instâncias de desenvolvimento técnico e recursos necessários, seu cronograma e aspectos formais da organização do grupo de coordenação.

Os capítulos que se seguem ( 3. Sobre os problemas e as angústias ; 4. Sobre o produto e 5. Sobre o processo ) pretendem aprofundar e detalhar as implicações de cada um destes momentos.

### 3. Sobre as angústias / diagnóstico

#### 3.1 Sobre o conceito de universidade e, correspondente, de campus

#### 3.2 Sobre o conceito de campus / cidade

##### 3.2.1 A integração funcional ( ou não )

A “inversão” do campus

A ponte do Lago Norte

### 3.2.2 A integração morfológica ( ou não ) : o problema da “linguagem”

A questão da integração morfológica ( ou não ) do campus à cidade detona a discussão de qual a linguagem e qual a sintaxe arquitetônica na ocupação do mesmo, daqui para frente. Para efeito de debate, coloca-se o amplo campo da “linguagem arquitetônica” em termos muito específicos, próximos daqueles em que se reconhece na UnB uma área privilegiada da experimentação e da afirmação de um importante movimento histórico da arquitetura brasileira : a corrente modernista pontificada por Oscar Niemeyer, Luis da Gama Filgueiras ( Lelé), Alcides da Rocha Miranda e outros nomes. Nesses termos, é importante fazer referência a elementos que constituem importantes princípios dessa e de outras correntes da arquitetura modernista, e que devem ser analisados e avaliados de forma rigorosa :

a)

O princípio da “projeção”, entendido como organização prévia das massas volumétricas a partir de sua distribuição em planta ( que reproduz a seção típica do prisma correspondente ao edifício, ou de outras formas puras ), por contraposição ao princípio do “lote com regras mais flexíveis de ocupação “.

É indiscutível que o Movimento Moderno promove a utilização do princípio da “projeção” como princípio efetivo e radical de controle do padrão de ocupação dos espaços, garantindo assim uma “forma final” da arquitetura e das cidades, e, decorrentemente, garantindo o impacto simbólico tão caro ao Movimento Moderno.

Todo o Plano Piloto de Brasília foi estruturado assim, e até hoje causa o correspondente impacto em função do colocado.

O campus, no entanto, se utilizou deste princípio sem se aproveitar dessa pressuposta virtude. Em resposta a uma forma pontual, errática e descontínua de administrar decisões, o campus foi sendo ocupado com “projeções definidas a posteriori” , resultando num “acolchoado de fortalezas “, quer dizer, de prédios fechados em sí, distantes uns dos outros, separados por extensas áreas verdes ou grandes estacionamentos, e sem que ninguém tenha condições de dizer qual vai ser a “forma final” do campus.

É interessante constatar que no documento “Planejamento da Extremidade Sul do Campus “(1988), de autoria dos arquitetos Paulo de Mello Zimbres, Alberto de Faria e Viviane A. Curi, há uma interessante reinterpretação deste conceito, de forma a permitir um mínimo de controle sobre a qualidade global da configuração do ambiente construído, sem interferir naquelas variáveis consideradas menos importantes. Esses autores trabalham com princípios de flexibilidade maior, que ainda não foram praticados no campus, e, de um modo indubitavelmente contemporâneo, possibilitam a operação de uma continuidade fundamental com o urbanismo de Brasília. Pode-se dizer que é paradoxal o fato de que o campus da UnB apresentar um padrão de ocupação predominantemente “casuista” , entregue aos desígnios do arquiteto da ocasião, voltado para a *sua* obra, tornando os espaços existentes notáveis por sua descontinuidade, e, no limite, pela perda total de qualquer unidade.

O campus se transformou num amontoado de “temas-destaque” , de “carros alegóricos”, inexistindo qualquer interesse em desenvolver “temas-base” que pudessem costurar o amontoado e inserir um mínimo de unidade no conjunto .

Não seria interessante verificar em que áreas do campus (Praça Maior, entrada, etc.) as expectativas simbólicas assumiriam uma importância considerável, exigindo princípios de “projeção” na sua ocupação, e que outras áreas do cotidiano, do “far-oeste” não teriam este requisito, sugerindo outros princípios na sua ocupação.

b)

O domínio do automóvel, com o sistema viário marcando decisivamente a estrutura espacial da parte mais ocupada do campus, na atualidade. Mesmo a proposta citada anteriormente, de Zimbres, Faria e Curi, ainda se estrutura fortemente na definição de sub-áreas de ocupação a partir do desenho viário - o que acentua as dificuldades impostas ao pedestre no uso do campus, e a existência de riscos efetivos à segurança e à vida.

c)

o edifício como estruturador do ambiente e da paisagem, princípio que resulta no radical empobrecimento de importantes dimensões da urbanidade, pois desequilibra vários de seus termos: o edifício passa a ser concebido para ser visto como uma “escultura”, por todos os lados, relegando o importante espaço *entre* os edifícios a um papel de “fundo neutro”, e não de confluência e convivência, de encontro, constituído como *espaço positivo* da urbanidade; nesse “fundo neutro” achamos “natural” a existência de um paisagismo passivo, de imensos gramados e espécimes mirrados (que não devem atrapalhar o espetáculo da arquitetura); a consequência mais grave disso é que nem o campus da UnB, nem a própria cidade modernista, tiraram pleno partido - e fale-se, em sua própria linguagem, à *escala gregária* - do Lago Paranoá, rendendo-se às evidências desse privilegiado sítio físico.

#### 4. Sobre o produto

O produto: Plano Diretor Físico do Campus da UnB (PDFC), como já colocado, descreverá um cenário futuro e um conjunto de ações transformadoras do cenário atual, elaborados a partir de certas intenções e objetivos.

Obviamente que estas intenções e objetivos se estruturam em torno de uma série de instrumentos de *gestão* ou *gerenciamento* (ou “ordenamento”) do espaço do campus. Esses instrumentos podem ter, por um lado, um caráter de eventos: planos, códigos, cadastros, memoriais, etc., e, por outro, ter o caráter de critérios, a partir dos quais elementos se agrupam de determinadas formas, em *zonas*. Estas podem ser mais ou menos rígidas, dependendo da dinâmica e grau de controle que se queira outorgar aos processos de ocupação territorial.

A partir do colocado pode-se especular com o seguinte roteiro de eventos e critérios:

##### 4.1

**cadastro integrado de espaço, uso, equipamento, mobiliário e pessoal**, renovado periodicamente, e que, além de descrever a situação do ponto de partida, a ser transformado, visa o controle dos bens e a definição das responsabilidades relativas ao patrimônio da FUB - como documento solidário e consistente com o PDFC/UnB;

##### 4.2

**memorial do patrimônio arquitetônico e urbanístico**

contendo a descrição do acervo tombado, regime de uso e diretrizes de preservação, com fins de inscrição no Livro de Tombo específico, junto ao DePHA/GDF - como documento solidário e consistente com o PDFC/UnB ;

#### 4.3

##### **plano de uso e ocupação do solo**

indicando categorias de uso, índices de ocupação/construção, formas e regras de parcelamento, gabaritos, afastamentos, etc., basicamente a partir dos respectivos zoneamentos. O zoneamento não precisa ser necessariamente exclusivo ou excludente : em função de diversos objetivos, diversos zoneamentos terão condições de ir-se superpondo.

Um primeiro zoneamento poderia discriminar, por exemplo, as atividades, usos e ocupações exclusivamente acadêmicas ( ensino, pesquisa pura e extensão ) daquelas de apóio ( serviços gerais, residência, etc. ) e daquelas complementares ( pesquisa aplicada, incubação de idéias empresariais, atividades “externas “, etc.)

Um segundo zoneamento poderia discriminar, por exemplo, as atitudes em relação a diversos usos e ocupações. Assim, por exemplo, teríamos condições de discriminar

- *zonas de uso restrito* - que conteria os laboratórios e centros de pesquisa com risco biológico, químico, radioativo, etc. ou cuja localização envolvesse requisitos de alta segurança, para a confiabilidade de medidas contra sinistros, roubos, etc.;
- *zonas de preservação ambiental* - entendidas como sub-áreas de interesse ambiental e de paisagem natural, também utilizadas para pesquisas do solo, do cerrado, etc.;
- *zonas de preservação do patrimônio arquitetônico* - delimitando edifícios e áreas circunjacentes de relevância do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, para os termos do tombamento de Brasília como Patrimônio da Humanidade ;
- *zonas de adensamento* - considerando parcelas já em ocupação, com espaços vazios, prioritários para a ocupação com otimização dos recursos de infraestrutura, de serviços, viária, etc. ;
- *zonas de expansão* - considerando diferentes sub-zoneamentos em função do papel que se planeja para cada área, de suas diferentes “vocações locacionais” , como por exemplo a faixa ao longo da L-3, em especial nas Grandes Áreas Sul e Centro, a faixa da Grande Área Sul ao longo da L-4, a faixa central da Grande Área Sul, a faixa da Grande Área Sul que vai do HUB à FS, a faixa da Grande Área Norte ao longo da L-4, etc.

Um terceiro zoneamento poderia dizer respeito a - na falta de expressão mais adequada - “áreas de domínio “, numa concepção de “campus como um grande condomínio” . Definiria áreas de responsabilidade relativa à manutenção e segurança do campus, especialmente no caso em que “organizações externas “ passem a ocupar espaço e a oferecer serviços. As “áreas de domínio” porpostas poderiam ser :

- *áreas de domínio geral* - sob a responsabilidade da Prefeitura do Campus, como o conjunto viário e de acessos, jardins e passeios, e todas as áreas intersticiais entre os setores e zonas ;
- *áreas de domínio de setores* - que seriam associados a
  - a) setores acadêmicos e administrativos específicos, como os “territórios” sob a responsabilidade de chefias específicas ; e
  - b) setores de concessionários, como as organizações externas que ocupam condicio-

nalmente espaços no campus .

#### 4.4

##### **plano viário**

que poderia ser visto como um subproduto fundamental do plano de usos e ocupações, e, portanto, estando coordenado ao plano urbanístico geral e ao sistema de transportes urbanos de Brasília.

Como no caso anterior, existiria a possibilidade de trabalhar com um zoneamento, relacionado à hierarquização funcional do sistema viário, definindo as principais vias de acesso/evasão do campus, em termos de :

- *corredor estrutural campus-cidade* - que poderia conter a via a via de ligação desde o sistema da Península Norte - Ponte - Via L-3 ;
- *corredor estrutural interno* - como o principal eixo viário interior ao campus, alimentando a maior parte dos ramais viários de acesso a setores ;
- *ramais de acesso* - circuitos de interligação de menor grau hierárquico, entre setores ; sugere-se que alguns “ramais de acesso” sejam diretamente interligados às vias L-3 ou L-4 , como no caso da “zona de expansão” destinada às “organizações externas “;
- *ciclovias e circuitos de pedestres* - como circuitos prioritários para a segurança e conforto da comunidade, interligando setores e edifícios, contendo passagens de segurança e trechos com abrigos cobertos .

##### Observações :

A hierarquização dita “funcional” do sistema viário do campus poderá ser proposta com o objetivo de promover a definição de usos específicos em “bandas de acesso” , ao longo das vias, bem como a estruturação de “nodos de utilidades” , sempre que as vias se cruzarem. Por “bandas de acesso” podemos compreender pequenas faixas, específicas, onde a transição entre a via de acesso e o edifício é especialmente tratada com sinalizadores, pavimentação de segurança, rampas para cadeiras de rodas, etc.... ou, no caso específico de faixas de rolagem de carga/descarga, em que a segurança do trecho de acesso deve ser especialmente desenhada ... ou no caso específico de trechos destinados ao pequeno comércio de alimentação rápida, bancas de revistas, e outros ramos do comércio varejista que deêm conforto à comunidade do campus. Seu desenho é voltado tanto para o pedestre quanto para o usuário de automóvel, e destina-se à prestação de serviços que podem cobrir as necessidades de áreas relativamente grandes.

Por “nodos de utilidades” podemos compreender diferentes serviços e equipamentos : guaritas, bicicletários, área de segurança para a passagem, com semáforo, rampa para cadeiras de rodas, faixas, quebra-molas, sonorizadores, sanitários públicos, pontos de ônibus, pontos de taxi, etc. ou simplesmente abrigos de chuva. Seu desenho é voltado para o pedestre, seu mobiliário visa a segurança em pontos específicos.

#### 4.5

##### **plano de implementação**

definindo prioridades e etapas ( a curto, médio e longo prazos) de execução de obras e serviços, com ênfase no período de vigência do PDFC/UnB;

#### 4.6

##### **código de posturas**

definindo os diferentes regimes de uso ( institucional, cessão, aluguel, condomínio, empréstimo, etc.), regras de uso, condições contratuais básicas e procedimentos gerais de gestão : acondicionamento, tratamento e destinação do lixo, serviços de polícia e vigilância, serviços de manutenção ( solicitação, definição de prioridades, etc.), uso de insumos das concessionárias de água, energia elétrica, telefonia e telecomunicações, gás combustível, gases hospitalares e outros, redes lógicas, etc., instalação de equipamentos, responsabilidades específicas dos centros de custo pela gestão patrimonial e do espaço físico, etc. - como documento solidário e consistente com o PDFC/UnB.

#### 4.7

##### **código de especificações e encargos**

visando orientar projetos, padronizar procedimentos de construção, informar o procedimento licitatório de obras e serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia ( em especial na elaboração dos cadernos de especificações e encargos de cada obra/serviço técnico ) - como documento solidário e consistente com o PDFC/UnB.

#### 5. Sobre o processo de planejamento / processo de trabalho

O processo de planejamento, ou processo de trabalho proposto por este grupo, não é outra coisa que o caminho e suas respectivas fases a ser percorrido, e que, partindo dos problemas e angústias esboçados, formalizados na forma de diagnóstico a partir da interpretação, consolidação, equacionamento, hierarquização, etc. com participação dos segmentos da comunidade envolvidos, culminem com o plano diretor, tal como esboçado, enquanto produto, no respectivo capítulo.

Nesse sentido, propõem-se as seguintes etapas :

#### 5.1

##### **elaboração do diagnóstico preliminar**

onde se pretende :

- estruturar um banco de dados referencial contendo informações básicas sobre :
  - a) a atual estrutura física do campus e cada um de seus componentes ;
  - b) as principais estatísticas acadêmicas e administrativas ;
  - c) a organização administrativa e acadêmica ;
  - d) os principais indicadores relacionados ao espaço físico ( recursos gastos no último exercício, recursos previstos para o exercício de 1995/96/97, consumo de energia elétrica, consumo de água, etc.)
  
- mapear criticamente o campus, indicando :
  - a) o estado atual de cada uma de suas instalações físicas e sub-áreas não ocupadas;
  - b) a destinação até então prevista à ocupação em documentos anteriores ;
  - c) problemas relacionados com o sistema viário interno e da cidade, problemas de trânsito ;
  - d) problemas relacionados com o meio ambiente físico e conforto ambiental ;
  - e) problemas relacionados com a segurança pessoal e predial (sinistros) ;
  - f) problemas relacionados com as barreiras arquitetônicas aos deficientes físicos;

- g) problemas relacionados com a infraestrutura de instalações ( rede pluvial, de esgotos, de eletricidade, de telefonia, de água potável, de iluminação pública, etc.;
- h) problemas relacionados com a comunicação visual e orientação;
- i) problemas relacionados com a ocupação dos espaços ( sub-ocupação, ocupação inadequada / uso inadequado , super-ocupação, etc.)
- j) problemas de linguagem;
- k) problemas de co-presença;
- l) problemas de custos de produção e manutenção;
- m) problemas outros.

- estabelecer um quadro de categorias de uso aplicável ao padrão de ocupação atual;
- estabelecer um quadro contendo as necessidades previstas ( já aventadas / negociadas / em execução ) relacionadas a novos espaços no campus;
- hierarquizar os problemas mapeados criticamente, por ordem de importância ( segundo o grau de dificuldade / facilidade em prover-lhes soluções, e/ou por ordem de custo das soluções, e/ou por quantidade de usuários atingidos, etc.)

#### Observações

A problematização e a coleta de dados e respectivo cadastro ocorrerão paralelamente ( apesar de sequencialmente apresentados ), porque metodologicamente se alimemntam mutuamente.

Propõe-se o período de março a maio de 1995 para execução desta etapa.

#### 5.2

##### **desenvolvimento do PDFC/UnB. a nível de anteprojeto** onde se pretende :

- compatibilizar as categorias de uso estabelecidas, as categorias de problemas existentes e as categorias de necessidades indicadas segundo cenários alternativos de (simultaneamente) : zoneamentos de uso e ocupação como já assinalados, plano viário, plano de implantação, etc.
- avaliar os cenários propostos, a partir de suas implicações, e selecionar um ( com eventuais modificações implementadas a partir de revisões / complementações de aspectos levantados e caracterizados a nível de diagnóstico preliminar ) ;
- “modelar” o cenário eleito, testando-o frente a diferentes hipóteses problematizadoras ( com origem nos aspectos levantados no mapeamento crítico ) :
  - a) como e por quê muda o padrão de ocupação física do campus em relação aos documentos anteriores ?
  - b) como se tornou mais seguro e controlável o padrão de trânsito no campus ?
  - c) em que medida se eliminou o conjunto de problemas existentes ?
  - d) ( ... ) e assim por diante, com relação a cada aspecto pretensamente respondido pelo cenário escolhido.

Se considerado apto a solucionar as questões levantadas, o cenário ( e respectivas ações) passa a ser desenvolvido como o argumento central do Plano Diretor Físico do Campus; se não, abre-se nova rodada de ajustes, em sucessão .

Observações :

A especulação com a proposta do plano ha de desenvolver-se, pelo menos no seu primeiro momento, paralelamente com o diagnóstico, já que, metodologicamente, são etapas que se alimentam mutuamente.

Propõe-se o período de março a julho de 1995, para execução desta etapa.

5.3

### **desenvolvimento final do PDFC/UnB, a nível de projeto**

onde se pretende :

- estabelecer diretrizes de uso do solo ( categorias , especificações ) e configuração do zoneamento ;
- estabelecer diretrizes e configuração do plano viário e de trânsito no campus;
- estabelecer diretrizes e configuração do parcelamento interno ;
- estabelecer diretrizes, prioridades e cronograma físico-financeiro do plano de implantação do campus, dentro do prazo de vigência do PDFC/UnB.

Observação : Propõe-se o período de julho a novembro de 1995 para execução desta etapa.

Cronograma :

## 6. Considerações finais